

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar a nova edição da *Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco*, importante repositório doutrinário do pensamento dos magistrados e das magistradas federais, nos mais variados segmentos, antenado com os temas mais instigantes da atualidade.

Dentro desta perspectiva, as reflexões trazidas nos artigos aqui publicados transitam entre o palpitante aspeto da vinculatividade dos precedentes, sob o ponto de vista do seu marco temporal, além da racionalidade decisória preconizada diante das teses produzidas em recursos representativos de controvérsia, e a reforma tributária, à luz da justiça concebida por São Tomás de Aquino e Padre Antônio Vieira.

Os autores abordam relevantes aspectos concernentes à prova nas ações de medicamentos, diante dos parâmetros estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal; à aplicação por analogia da Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça em negócios envolvendo imóveis garantidos por alienação fiduciária; e à regulação econômica, falhas de mercado e defesa da concorrência.

Direitos e garantias fundamentais são igualmente objeto de preocupação dos doutrinadores, que abordam a liberdade de crença, o patrimônio cultural do Morro da Conceição e a polêmica da cor, bem como as Cortes Constitucionais e a dinâmica do poder. A diversidade de assuntos fica patente quando se percebe não ter sido olvidado o direito penal pátrio, naquilo que foi alcançado pelo pós-positivismo, sendo abordados, ainda, os sujeitos da improbidade administrativa.

Como os textos buscam externar o entendimento de integrantes da Justiça Federal, inclusive no exercício de seu mister jurisdicional, analisam-se, com maestria, as alternativas para a superação do silêncio administrativo, a compatibilidade do Tema 485 do Supremo Tribunal Federal com o princípio do acesso ao Judiciário e a gravidez preexistente, sob o viés dos precedentes sobre a Previdência Social.

Foram igualmente abordados temas de natureza processual, entre eles, o regime das nulidades processuais e das provas ilícitas, bem como a análise crítica do processo civil brasileiro longo e ineficiente, reflexo das

desigualdades sociais estruturalmente presentes no país e outros motes que nos fazem refletir acerca da ausência de capacidade plena de autodeterminação, principalmente quando se cuida de menores de 14 anos, para fins de consentimento da prática de atos de natureza sexual.

E aqui, convém fazer uma alusão especial à proposta desta edição, visando homenagear o eminente Juiz Federal Ubiratan do Couto Maurício, cuja trajetória, na magistratura pernambucana e brasileira, está se encerrando por força de sua aposentadoria iminente. Trata-se de um julgador equilibrado, estudioso e dedicado, que empresta sua sensibilidade e seu vasto conhecimento jurídico, sociológico e filosófico aos jurisdicionados deste Estado e do País desde 1991.

Ubiratan tem se destacado, também, na docência, formando gerações de estudantes na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Diante da estatura intelectual, ética e humana do Professor e Juiz Ubiratan, esta revista jurídica representa uma justa e necessária manifestação de reconhecimento por sua inestimável contribuição ao Direito, à magistratura e ao ensino jurídico. Merece registro, nesse contexto, o rigor adotado pela Comissão Editorial na seleção dos trabalhos, bem como a feliz iniciativa da Direção do Foro da Seção Judiciária, que nos brinda com esta significativa homenagem.

Sigamos, portanto, à ventura de nos deleitar com as lições e provocações aqui lançadas, destacando o privilégio dos que conviveram com o Mestre Ubiratan ao longo de décadas.

Élio Wanderley de Siqueira Filho

Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região